

Cronograma de matrícula prevê crescimento da procura em 1993

Os técnicos da Secretaria Estadual de Educação preveem que o êxodo de estudantes da rede de ensino privado para a rede pública, iniciado em 1990, vai prosseguir em 1993. Diante dessa perspectiva, a secretaria já preparou um novo cronograma de matrículas. "O objetivo é evitar correrias de última hora, filas e atropelos", explica o chefe do Gabinete João Roberto Vieira da Costa.

Pelo novo esquema, as matrículas começam em novembro, com alunos da primeira à oitava séries do primeiro grau. Eles foram divididos em três grupos: os que estão iniciando no ciclo básico matriculam-se entre 17 de novembro e 15 de dezembro; os que já estudam na escola devem apresentar-se no período de 1º de dezembro a 8 de janeiro; e os que estão interessados em se transferir ou retornar à escola, depois de terem desistido no ano

anterior, apresentam-se de 11 a 22 de janeiro.

A rede pública estadual tem 6 milhões de alunos e 300 mil professores, espalhados por 6 mil escolas. Essa estrutura custa aos contribuintes paulistas cerca de US\$ 2,6 bilhões (cerca de Crs 21 bilhões) por ano, de acordo com o governo. O secretário estadual da Educação, Fernando Morais, ainda não tem uma previsão de quantos alunos seriam agregados à rede, com a evasão que ocorre na rede particular. Ele acredita que o Estado receberá todos os interessados.

Recessão — Apesar da boa vontade do secretário, o fato é que o ensino estadual enfrenta um desafio: o número de alunos engorda, enquanto a receita emagrece. A causa do desequilíbrio, segundo o secretário, é a recessão, que provoca quedas na arrecadação de impostos no Estado.

Como as verbas para o ensino são porcentuais da receita tributária, a crise reflete-se diretamente na sala de aula. O secretário faz uma comparação: em agosto de 1990, o Estado arrecadou US\$ 1 bilhão com o ICMS; em agosto deste ano, a arrecadação caiu para US\$ 580 milhões.

Na rede municipal de São Paulo também há problemas, devido a dificuldades com a área federal. Pelas contas do secretário municipal Mário Sérgio Cortella, a Prefeitura deveria ter recebido, nos últimos quatro anos, cerca de Crs 400 bilhões, provenientes do salário-educação. Até agora só foram liberados Crs 8 bilhões. Cortella estima que a construção de 40 novas escolas eliminaria o problema da falta de vagas na área de atuação da Prefeitura. O custo de cada unidade, com 12 salas de aula, está estimado em US\$ 1 milhão.